

não pode confundir-se nem com um substancialismo estático nem com um mero activismo dinâmico.

Leonardo coloca a questão de Deus a partir dos pressupostos da Modernidade, mas efectivamente estes pressupostos acabam por ser sucessivamente criticados, de maneira sistemática, no seu monismo idealista, fundamentalmente.

Indiscutivelmente que quando Leonardo escreve a sua apreciação da Filosofia de Henri Bergson, já está na posse da metafísica cristã.

Estamos de acordo com António Magalhães quando escreve que a viragem fundamental do pensador se deu por volta de 1923 e onde aparece já esta viragem nos seus termos epistemológicos é em *O Problema do Conhecimento* publicado em 1924⁷⁰.

Nessa conferência escreve Leonardo, a dado passo:

«Entre o verdadeiro Ser e o Ser realizado há analogia, mas não univocidade, quer dizer que a relação é mais como a do limite para a fluência que a da soma para as parcelas. Uma transcendência fora do pantefismo, digamos um afloramento cristão em pleno paganismo(...) quer dizer que o ser dos seres reais é um ser deficitário, pois no único plano da sua realidade, eles não encontram a sua razão suficiente, nem plenamente se realizam»⁷¹.

A crítica à filosofia de Henri Bergson faz-se, segundo vimos, a partir desta concepção do Ser, mas também, com ela, supera Leonardo o seu próprio criacionismo, sem todavia o abandonar no sentido duma recusa. Trata-se duma conciliação mais propriamente entre as suas intuições criacionistas e a metafísica católica.

ARNALDO DE PINHO

⁷⁰ D2 (Lisboa: Verbo, 1987) p. 242-264.

⁷¹ *Ibidem*, p. 250.

A Assunção da Virgem Maria no debate teológico

A Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus* e a doutrina conexa

O nosso tempo pediu a declaração do dogma da Assunção a partir, principalmente, da declaração de Pio IX, em 1854, do dogma da Imaculada Conceição, porque estes dois princípios estão estreitamente ligados: concebida sem pecado, a SS. Virgem não foi sujeita à lei de permanecer na corrupção do sepulcro nem de esperar a redenção do seu corpo só no fim do mundo¹.

Movimentos assuncionistas em favor da definição

Antes do plebiscito mundial de 1914 podemos assinalar 5 momentos: um primeiro, de 1863, é uma petição de Isabel II de Espanha em favor da definição do dogma da Assunção (no mesmo ano apareceu um artigo em *La Civiltà Cattolica* que suscitou esperanças, mas também ataques na França e na Alemanha); um segundo, em 1870, quando, no Concílio Vaticano I, se trabalhou para a definição do dogma (foram apresentados diversos postulados por 187 Padres, mas o Concílio foi interrompido); um terceiro, em 1879-1880, quando o bispo beneditino Vaccari empre-

¹ Cf. LA «MUNIFENTISSIMUS Deus» e i problemi teologici connessi. *Problemi e orientamenti di teologia dogmatica*. Milano, 1957, p. 478-479.

endeu uma campanha assuncionista (mas o Santo Ofício interpôs-se e decorrem 20 anos de inacção até 1900); um quarto, em 1900, quando se inicia em França um vigoroso movimento assuncionista que passa à Itália e a todo o mundo (parte de um congresso mariano em Lião, o qual apresenta à Santa Sé a petição da definição dogmática, ao mesmo tempo que o santuário de Pompeia se converte em centro activíssimo de propaganda (todavia, a oposição dos modernistas influencia os congressos de Friburgo (1902) e de Roma (1904), inibindo-os de continuar o movimento); um quinto, de 1906 a 1914, e, então, são os congressos marianos internacionais os que mais promovem o movimento: Einsiedeln (1906), Zaragoza (1908), Salisburg (1910) e Trevens (1912). Destes congressos saem petições em favor da definição do dogma.

Em Le Mans surge um novo centro de propaganda assuncionista. A guerra de 1914/18 impede o centro de progredir, mas o episcopado do império austríaco apresentou à Sta. Sé uma petição, de todas a mais importante.

Depois da guerra, realiza-se o congresso Pan-américo das congregações marianas em Santiago do Chile. Daí provém o dinamismo para 5 campanhas assuncionistas.

No dia 1 de Maio de 1946, o Papa Pio XII dirige-se aos bispos:

«Pensais, veneráveis Irmãos, em conformidade com a vossa exímia sabedoria e prudência, que a assunção corporal da beatíssima Virgem Maria pode ser proposta e definida como dogma de fé? É esse o vosso desejo, juntamente com o do vosso clero e o do vosso povo?»

No dia 1 de Novembro de 1950, Pio XII proclama o dogma da Assunção de Maria SS. na Bula da Constituição *Munificentissimus Deus*.

Origem e desenvolvimento progressivo desta fé

Nos princípios do século V, havia, nas Igrejas do Oriente e, em algumas do Ocidente, uma festa anual da Virgem: Memória de Santa Maria (*dies natalis*). O conteúdo da celebração é a maternidade divina, a parte tomada pela Mãe de Deus na obra da reden-

ção, tal como ressalta dos Evangelhos. No século V, a existência desta festa na Igreja do Oriente é atestada pelo facto de a celebrarem os nestorianos e monofisistas que, neste século, se separaram da Igreja. É pouco provável que tenham começado a festejá-la depois da separação.

Segundo Jugie, não existirá uma festa da morte de Maria senão no século VII ou na segunda metade do século VI, ainda que a homilia métrica de Jacob de Sarug pareça apontar para uma festa da morte de Maria já no século V. Pois não existiria já uma festa da dormição na Igreja da Síria?

Além da homilia métrica de Jacob de Sarug, os Apócrifos siríacos parecem apontar para essa festa. Segundo Bover², em 1902, I. Smith Lewis publicou um Apócrifo no qual os Apóstolos, ao voltarem da Assunção, dispõem que se celebrem três festas da Virgem. Entre elas, o 8 de Janeiro é a festa da sua morte. O manuscrito que nos transmitiu este Apócrifo é de fins do século V ou princípios do VI. Pergunta Bover se foram os textos apócrifos que deram origem à festa ou, pelo contrário, se estes textos procuraram um relato edificante para o facto da morte celebrado na festa.

Na Igreja copta fala-se de uma dupla festa da Virgem: a Dormição, nos dias 20-21 do mês Tobe (isto é, a 18 de Janeiro), e a Assunção, no dia 16 do mês Mesore (isto é, 206 dias depois daquela, na primeira quinzena de Agosto).

Na Igreja bizantina, o imperador Maurício (582-602) transfere a festa de 18 de Janeiro para 15 de Agosto, a fim de propagar o culto já existente da assunção da Virgem³.

Na Igreja siríaca jacobita do século VI, baseada nos Apócrifos de S. Tiago, comemora-se a festa da Virgem Maria no dia 13 de Agosto.

A Igreja de Jerusalém do século VI mantém o título primitivo: festa da memória de Sta. Maria.

Além dos Apócrifos siríacos, há vários grupos de Apócrifos sobre o trânsito de Maria: grego, latino, etíope, árabe, armé-

² Cf. BOVER, J. - *La Assuncion de Maria*. Madrid, 1947, p. 27-28.

³ Cf. PG 147, 292.

nio, copto-bohárico, copto-sahídico, irlandês e eslavo ⁴. Podemos referir entre os mais conhecidos o *Livro de S. João Evangelista*, o *Livro de João arcebispo de Tessalónica* e a *História Eutimiana*, entre outros.

Na Tradição Ocidental, já em 494, o Papa S. Gelásio condena, junto com outros Apócrifos, o *Pseudo Militão* sem, contudo, negar o facto da Assunção. Quanto à festa, é provável que fosse celebrada em Roma no século V, pois, no Sacramentário Gelasiano, encontra-se, para a festa da Assunção do dia 15 de Agosto, esta oração:

«Recebe, Senhor, os dons que te oferecemos na repetida solenidade da Bem aventurada Maria, porque redunde em teu louvor que verdadeiramente tenha sido elevada à tua glória» ⁵.

No tempo de Sérgio I (687-701), há notícia da festa da Dormição também denominada *Depositio Natale et Pausatio*. Sérgio I, ao prescrever as Ladaínhas das festas de Nossa Senhora (ou a chamada procissão estacional), enumera: Anunciação, Natividade, Purificação e Dormição (*Liber Pontificalis*).

No tempo de S. Leão IV (847-855), regista-se a festa da Assunção da Bem aventurada Mãe de Deus. Para dar a esta festa maior esplendor, o Papa manda acrescentar-lhe Vigília e Oitava.

Nicolau I, em 867, ordenou aos búlgaros que seguissem o costume da Igreja Romana de jejuar na vigília da Assunção.

Na Gália, nos princípios do século V, celebrava-se, a 18 de Janeiro, a festa de Santa Maria, como consta em S. Cesário d'Arles, o Missal de Bobbio e o Missal Gótico usado nas Gálias até ao século VIII. Esta festividade parece ter entrado nas Gálias por obra de Cassiano e dos monges lirinenses ⁶.

⁴ Ainda que muito numerosos, os Apócrifos assuncionistas podem ser considerados tributários de um padrão original. A exuberância desta literatura foi para alguns pedra de escândalo em relação com o facto histórico da Assunção de Maria. Hoje, vêem-se estes Apócrifos como reflexos genuínos, nos seus traços fundamentais, da tradição oral assuncionista. Cf. SANTOS OTERO, A. de - *Los Evangelios Apocrifos*. Madrid, 1984, p. 574.

⁵ Cf. ALASTRUEY, G. - *Tratado de la Virgen Santissima*. Madrid, 1952, p. 499.

⁶ Cf. *Ibidem*.

S. Gregório de Tours afirma que no século VI se celebrava solenemente nas Gálias a gloriosa Assunção da Virgem, no dia 18 de Janeiro (*De glor. martyr.*).

No século VIII, o Papa Adriano I envia a Carlos Magno o Sacramentário onde se lê:

«É digna de veneração, Senhor, a festividade deste dia em que a santa Mãe de Deus sofreu a morte temporal; mas não pôde ficar presa com as algemas da morte Aquela que gerou no seu seio o Verbo de Deus Encarnado, vosso Filho, Nosso Senhor» ⁷.

No século IX, Sto. Odilon escreve:

«Todos celebram com júbilo este dia; pois hoje, para veneração da Assunção da Mãe do Senhor, os anjos alegram-se e congratulam-se as virgens».

Em Inglaterra, a primeira menção da festa da Assunção ocorre em 747 no Concílio de Cloverhoe. A festa alcançou tanta solenidade no tempo do rei Alfredo (871-896) que toda a semana precedente era semana festiva. No século XI, o arcebispo de Canterbury, Lanfranco, considera a Assunção entre as festas da Virgem com rito de primeira classe:

Cinco são as principais festividades: Natividade do Senhor, a sua Ressurreição, o Pentecostes, a Assunção de Santa Maria Mãe de Deus e a festividade do lugar. [...] Há outras festividades que se celebram com todo o esplendor, ainda que não igualadas às anteriores. São estas: Epifania, Purificação de Santa Maria, Anunciação de Cristo, Natividade de Santa Maria ⁸.

Em Espanha, já no século VII se celebra a festa da Assunção da SS. Virgem, como consta no Antifonário da catedral de Leão e no *Liber Comitum* do mosteiro de S. Millan. A festa celebrava-se com extraordinária pompa, como atesta o Codex Missarum de Stº Ildefonso que contém a Missa da Assunção, a Liturgia Mozárabe ⁹ e o sermão 4 de S. Martinho de Leão, onde se diz:

⁷ *Sacramentário Gregoriano*.

⁸ *Decreta pro Ord. S. Benedicti*, sect 7. 8.

⁹ «Depois do sono do repouso, Jesus tomou a Sua Mãe com Ele nos céus duma maneira inefável».

«Maravilhavam-se gozosas as almas sobre quem poderia ser a que ultrapassava os anjos em dignidade. Quem é esta, dizem, que sobe como a nascente aurora? Porque a sempre Virgem Maria, abandonando as trevas da corrupção, refulgia na sua subida pela novidade da incorrupção e da perpétua imortalidade».

Testemunho dos Santos Padres: Período pré-Niceno (787)

É de passagem que os textos patrísticos referem o fim da Virgem Maria.

Orígenes refere que «Maria ficou Virgem até ao fim». Sto. Efrem, S. Jerónimo, Sto. Agostinho, S. Paulino de Nole, S. Gregório de Nisa e Severino de Gabala deixam acidentalmente entender que a Virgem morreu de morte natural. Sto. Ambrósio diz que a Virgem morreu de morte violenta (*In Lc. 2, 61*)¹⁰.

O Pe. Bover escreve que, prescindindo dos Apócrifos, reconhecemos que não encontramos nenhum testemunho em favor da Assunção de Maria anterior ao século IV. Aí, surge um texto, anterior ao Concílio de Éfeso, de Timóteo de Jerusalém, que era uma homilia para a festa da Apresentação de Jesus no templo:

«Uma espada atravessará a tua alma, a fim de que sejam revelados os pensamentos escondidos no coração de um grande número. Daqui alguns concluirão que a Mãe do Senhor, condenada à morte pela espada, obtivera o fim glorioso dos mártires. Mas não é assim: a espada de metal, com efeito, atravessa o corpo, não divide a alma; não é assim, porque a Virgem é, até este dia, imortal, porque O que n'Ela fez a sua estadia transferiu-a aos lugares da sua ascensão»¹¹.

Porquê este silêncio dos primeiros séculos quanto ao fim da Virgem Maria? O texto citado parece ser eco de uma tradição de Jerusalém.

Sto. Epifânio (315-403), bispo de Salamina, quebra esse silêncio com um texto no qual, duvidando da morte de Maria SS., não duvida da sua Assunção:

¹⁰ Cf. JUGIE, M. - *Assomption de la Sainte Vierge*. Maria. 1949, 1, p. 632s.

¹¹ *Homilia in Simeonem et Annam* = PG 56, 245C.

«Como não possuirá Maria, com a sua carne santa, o Reino dos céus, Ela que não cometeu desonestidade nem adultério, nem foi petulante, nem realizou obra alguma torpe da carne, mas permaneceu limpa. [...] Não se encontra na Escritura nem a morte de Maria nem se Ela morreu nem se foi sepultada. [...] A Escritura guardou um silêncio completo por causa da grandeza do prodígio, para não espantar excessivamente o espírito dos homens. Por mim não ouse falar dele, guardo isto no meu pensamento e calo-me»¹².

Não se deve estranhar o silêncio dos Padres desta época, pois combatiam os docetas e os valentinianos, que diziam que o corpo de Jesus Cristo era celestial ou sideral, e os colidirianos, que apresentavam Maria como deusa.

Desde fins do século V, os Padres e Escritores ensinam claramente a Assunção corporal da Santíssima Virgem.

S. Gregório de Tours († 593), referindo a doutrina Apócrifa, diz que os Apóstolos se reuniram, vigiando com Maria que de via ser assumida ao céu. Veio Jesus com os seus anjos e aceitou a alma de Maria. Os Apóstolos guardaram o corpo num monumento:

«O Senhor mandou transladar para o paraíso, numa nuvem, o corpo santo [de Maria], onde agora, recobrada a alma e alegrando-se com os seus eleitos, goza dos bens eternos que não terão fim»¹³.

Também no século VII, João de Tessalónica († 630), protesta a verdade dos documentos sobre a Assunção de Maria¹⁴. E, no mesmo século, ficará célebre o texto de S. Modesto de Jerusalém:

«A gloriosíssima Mãe de Cristo, Deus e Salvador nosso, dador da vida e da imortalidade, foi glorificada e revestida do corpo na eterna incorruptibilidade por Aquele mesmo que A ressuscitou do sepulcro e A chamou a si duma forma que só Ele sabe»¹⁵.

¹² *Haer.* 42 = PG 42, 716 AD.

¹³ = PL 71, 708.

¹⁴ = PO 19.

¹⁵ *Encomium in Dormitionem Santissimae Dominae nostrae Deiparae semperque Virginis Mariae* = PG 86.

No século VIII, escreveu Sto. André de Creta:

«Era, pois, um espectáculo completamente novo, e que excedia as forças da razão, que uma mulher que havia superado em pureza a natureza dos céus penetrasse corporalmente no santuário das celestes moradas. Pois, assim como o seio da que deu à luz não sofreu corrupção também a sua carne, depois de morta, não se dissolveu. Ó facto admirável! O parto escapa por completo à corrupção, e nem o sepulcro admitiu a decomposição extrema da morte»¹⁶.

Sto. André de Creta lamenta que a festa da Assunção da Virgem não ocupe o lugar de preferência que merecia entre as solenidades do culto católico.

S. Germano de Constantinopla (†733) lega-nos três homilias sobre o trânsito da Mãe de Jesus, na terceira das quais põe na boca de Jesus Cristo as razões teológicas em favor da Assunção da sua Mãe SS., e narra a história dos acontecimentos segundo a tradição de Jerusalém. No *Sermo I* escreve:

«Vós, como está escrito, aparecestes em beleza; o vosso corpo virginal é totalmente santo, totalmente casto, totalmente domicílio de Deus, de forma que, até por este motivo, foi isento de desfazer-se em pó; foi, antes, transformado enquanto humano para viver a vida altíssima da incorruptibilidade; mas agora está vivo, gloriosíssimo, incólume e participante da vida perfeita»¹⁷.

S. João Damasceno (†760) legou-nos também três homilias sobre o trânsito de Nossa Senhora. Segue a tradição de Jerusalém e preocupa-se em encontrar vestígios da Assunção nos autores mais antigos. Encontra-os no Pseudo Dionísio (de cuja autoridade então se não duvidava) e a quem atribui grande autoridade. Escreve:

«Convinha que Aquela que no parto manteve ilibada virgindade conservasse o corpo incorrupto mesmo depois da morte. Convinha que Aquela que trouxe no seio o Criador encarnado habitasse nos divinos tabernáculos. Convinha que morasse no tálamo celeste

¹⁶ Or. I, In dormit. SS Deiparae = PG 97.

¹⁷ In S. Dei Genitricis Dormitionem = PG 98.

Aquela que o Eterno Pai desposara. Convinha que Aquela que viu o seu Filho na cruz, com o coração trespassado por uma espada de dor de que tinha sido imune no parto, O contemplasse sentado à direita do Pai. Convinha que a Mãe de Deus possuísse o que era do Filho, e que fosse venerada por todas as criaturas como Mãe e escrava do mesmo Deus»¹⁸.

S. João Damasceno conta na segunda homilia, 18 que a imperatriz Pulquéria, ao construir em Constantinopla o templo de Blanquerna em honra da *Panagia*, desejou convertê-lo em relicário da Mãe de Deus; para isso, aproveitando a estadia dos bispos que foram ao Concílio de Calcedónia, suplicou a Juvenal de Jerusalém que lhe doasse o corpo da Bem aventurada Virgem.

A isso respondeu Juvenal:

«Sobre a morte da *Theotokos* a Escritura não traz coisa alguma, mas antigas tradições dão-nos testemunho dos factos seguintes: milagrosa reunião dos Apóstolos em Jerusalém; ida ao sepulcro de Maria em Getsemani; canto dos anjos durante três dias, depois dos quais S. Tomé suplica venerar as sagradas relíquias; abre-se o túmulo e não se encontra o corpo; apenas os lençóis perfumados».

O Damasceno diz ter copiado à letra todo este relato do capítulo 40 do Livro III da história eutimiana¹⁹.

A questão do sepulcro da Virgem

Para Jugie²⁰, uma prova do silêncio dos cinco primeiros séculos sobre a morte da Virgem SS. é o facto de se não falar do sepulcro de Maria em Jerusalém ou nos seus arredores: até meados do século V não há menção histórica nem do sepulcro nem da casa da Virgem; por essa época começa a localizar-se a casa de Maria e de S. João no vale de Josafat ou de Getsemani. Daí teria a Virgem subido ao céu; mais um passo e temos a casa de Maria convertida em sepulcro. Esse passo dá-se por volta de 570.

¹⁸ = PG 96, 1364-1368.

¹⁹ = PG 96, 747. Cf J. BOVER - *La Assuncion*, p. 109s.

²⁰ *Ibidem*, p. 631s.



Bover refuta esta construção histórica, considerando-a insustentável. Baseia-se, para o fazer, no Pseudo Militão que supõe a tradição do sepulcro de Jerusalém ²¹.

Maria vive em casa de S. João, que é a casa dos pais deste junto ao monte Oliveti. Ali recebe os Apóstolos e ali morre ²². Os Apóstolos recebem a ordem divina de levarem o corpo sagrado «*in dexteram partem civitatis ad Orientem*» onde encontram um sepulcro novo e aí o depositam. É no vale de Josafat.

O Breviário de Hierosolyma também menciona o sepulcro da Virgem em Getsemani: «Ali está a Basílica de Santa Maria, e ali está o seu sepulcro, e ali entregou Judas a Nosso Senhor».

Recentes escavações na Basílica do vale do Cedron revelaram a existência de um túmulo no meio de outros dois que se atribui à Virgem, como atesta um documento de Hipólito, do século III.

Testemunho dos teólogos

Muitos são os testemunhos dos teólogos. Dos séculos XII a XV, a Constituição escolhe os mais representativos.

Amadeu de Lausana (†1159) escreveu:

«Nem se pode crer que o seu corpo padecesse a corrupção, pois Ela era cheia de Graça e bendita entre as mulheres (Lc 1, 28). Só Ela mereceu conceber o Deus verdadeiro do Deus verdadeiro e, sendo virgem, deu-O à luz, amamentou-O, trouxe-O no regaço e prestou-Lhe todos os cuidados maternos» ²³.

Sto. António de Lisboa escreveu:

«Daqui vê-se claramente que o corpo da SS. Virgem foi assunto ao céu, pois era o lugar dos pés do Senhor. Pelo que escreve o salmista: «Erguei-vos, Senhor, para o vosso repouso, Vós e a Arca da Vossa santificação. E, assim como Jesus Cristo ressuscitou triunfante da morte e subiu para a direita do Pai, assim também ressus-

²¹ Cf. BOVER - *La Assuncion*, p. 33.

²² Cf. *Pseudo Militão* I, 7.8.15 (ed. Tischendorf, 125).

²³ *De Beata Virginis obitu, Assumptione in Coelum exaltatione ad Filii dexteram*.

citou a Arca da sua santificação, quando, neste dia, a Virgem Mãe foi assunta ao tálamo celestial» ²⁴.

Sto. Alberto Magno escreveu:

«Por estas e muitas outras razões e autoridades, é evidente que a Bem aventurada Mãe de Deus foi assunta ao céu em corpo e alma sobre os coros dos anjos. E cremos que isto é absolutamente verdadeiro» ²⁵.

S. Tomás d'Aquino:

«Sobre se a Santa Virgem foi santificada no ventre materno, nada nos ensina a Escritura canónica, a qual também não faz menção da sua natividade. Mas, assim como Agostinho prova com razões que a Virgem foi assunta ao céu em corpo, o que contudo não o diz a Escritura, assim também podemos pensar racionalmente que foi santificada no ventre materno» ²⁶.

«Como diz o Papa Sérgio: Triforme é o corpo do Senhor. A parte oferecida, posta no cálice, representa o corpo de Cristo já ressuscitado, isto é, o próprio Cristo e a Santa Virgem, ou outros santos já em corpo na glória» ²⁷.

S. Boaventura tem como certo que Deus preservou Maria SS. da violação do pudor e da integridade virginal, ao conceber e dar à luz o Seu Filho e, do mesmo modo, não permitiu que o seu corpo se desfizesse em podridão e cinzas ²⁸. Aplica-lhe Cant. 8, 5: «Qual é esta que sobe do deserto cheia de gozo e apoiada no seu amado?», escrevendo:

«Pode concluir-se que Ela está ali corporalmente (na glória celeste) [...]. Porque a sua felicidade não seria plena se ali não estivesse em pessoa; ora a pessoa não é só a alma, mas o composto; logo, é claro que está ali segundo o composto, isto é, em corpo e alma: doutro modo, não gozaria de felicidade plena» ²⁹.

²⁴ *Sermão na festa da Assunção*, ao comentar Is 60,13.

²⁵ *Mariale sive questiones super Euan. «Missus est»*, 132.

²⁶ *S. Th.* 3, q.27, a.1.

²⁷ *Ibidem* 3, q.83. a.5, ad 8.

²⁸ Cf. *De Nactivitate B. Mariae Virginis, Sermo 5*.

²⁹ *De Assumptione Virginis, Sermo 1*.

S. Bernardino de Sena: dada a semelhança entre o Filho e a Mãe, esta «só deve estar onde está Cristo»³⁰.

Século XVI

Podemos registar os nomes de S. Roberto Belarmino, S. Francisco de Sales, Sto. Afonso Maria de Ligório, S. Pedro Canísio e Suarez entre muitos outros³¹.

S. Francisco de Sales :

«Que filho haveria que, se pudesse, não ressuscitava a sua mãe e não a levava para o céu?»³²

Sto. Afonso Maria de Ligório:

«Jesus não quis que o corpo de Maria se corrompesse depois da morte, pois redundaria em seu desdouro que se transformasse em podridão aquela carne virginal da qual Ele tomara a própria carne»³³.

S. Pedro Canísio:

«Esta opinião é admitida há vários séculos e tão impressa na alma dos fiéis, é tão recomendada pela Igreja, que quem negasse a Assunção ao céu do corpo de Maria SS. nem sequer seria ouvido com paciência, mas seria assobiado como pertinaz, ou mesmo temerário, e imbuído mais de espírito herético do que católico»³⁴.

Suarez:

«Os mistérios da Graça que Deus operou na Virgem Maria não se devem medir pelas leis ordinárias mas sim pela omnipotência divina, suposta a conveniência do facto e a não contradição ou repugnância com as Escrituras»³⁵.

³⁰ In *Assumptione B. Mariae Virginis. Sermo 2.*

³¹ Os textos onde atestam a fé na Assunção vêm citados na constituição *Munificentissimus Deus*.

³² *Evres. Sermon pour la fete de l'Assomption.*

³³ *Glórias de Maria 2,1.*

³⁴ *De Marie Virgine.*

³⁵ In *tertiam partem D. Thomae*, quart. 27, art. 2, disp. 3, sect. 5, n. 3.

Fundamento último na Sagrada Escritura

Todos os argumentos patrísticos se apoiam na Sagrada Escritura. Já a partir do século II Maria é chamada Nova Eva.

A Constituição aponta para alguns dos textos que possivelmente são concordes com a doutrina da Assunção: Rom. 5, 6; 1 Cor. 15, 21-26. 54-57; 1 Tim. 1, 7.

Com Jugie podemos no entanto dizer que a doutrina da Assunção não é ensinada de uma maneira clara e explícita nos Livros Santos. Esse silêncio é normal, visto os livros serem anteriores (excepto S. João)³⁶. Aponta este autor para o capítulo 12 do Apocalipse como revelador de Maria na Glória. Em Apoc. 12, diz, nada se opõe à identificação da Mulher com Maria — a figura ideal da Igreja personificada na comunidade cristã de Jerusalém emigrando para além Jordão, para Pela, devido ao cerco posto por Tito (como contam Eusébio e Sto. Epifânio). Daí, a fuga para o deserto. Os versículos 14 e 17 referir-se-iam, numa forma especial e única, a Maria, aqui distinta da Igreja militante, e o v.1 «um grande sinal de luz no céu» poderá apontar para o facto citado por Mt. 13, 43; Cant. 8, 9; Sl. 103, 2 e Apoc. 21, 14, para o domínio sobre o céu e a terra. As estrelas remeter-nos-ão para Gen. 37, 9³⁷. Nota ainda Jugie, na página seguinte, que o simbolismo céu-lua-estrelas encontra eco no 6º responso de Matinas, no capítulo de Nona da festa da Imaculada, na 2ª antífona de Laudes e na epístola da festa de N. Senhora de Lourdes. Todo o capítulo 12 é aplicado a Maria na festa da Medalha Miraculosa³⁸.

Pio X, na *Ad diem illum*, faz sua esta interpretação quando diz:

«Um grande sinal apareceu no céu: uma Mulher revestida de sol, tendo a lua sob seus pés e uma coroa de estrelas à volta da cabeça. Ora ninguém ignora que esta mulher representa a Virgem Maria que gerou virginalmente o nosso Chefe. O Apóstolo prossegue: tendo um fruto no seu seio, a geração arrancava-lhe grandes dores. S. João viu, pois, a SS. Mãe de Deus gozando da eterna

³⁶ Cf. JUGIE - *Assomption*, p. 626 s.

³⁷ Cf. *Ibidem*, p. 628.

³⁸ Segundo as visões de Catarina Labouré, o reverso da medalha tem a letra M com 12 estrelas à volta; por cima, a cruz e, por baixo, dois corações.

beatitude e, contudo, em trabalho de um misterioso parto. De que parto? Do nosso, seguramente; retidos ainda, como estamos neste exílio, temos necessidade de ser gerados para o perfeito amor de Deus e para a eterna felicidade»³⁹.

Conteúdo da definição

«[...] proclamamos declaramos e definimos que é dogma divinamente revelado que a Imaculada Mãe de Deus, sempre Virgem Maria, cumprido o curso da sua vida terrestre, foi assunta em corpo e alma à glória celestial»⁴⁰.

Também a *Lumen Gentium* 59 evoca o dogma de Pio XII com a sobriedade das expressões nele contidas:

«Finalmente, a Imaculada Virgem, preservada imune de toda a mancha da culpa original, terminado o curso da vida terrestre, foi assunta em corpo e alma à glória celeste. E, para que mais plenamente estivesse conforme a seu Filho, Senhor dos senhores, o vencedor do pecado e da morte, foi exaltada pelo Senhor como Rainha do Universo»⁴¹.

Assunta ao céu

É a palavra que, despojada de espacialização, significa tomar consigo ou para si, assumir. Traduz o hebraico *laqah*, palavra que refere o fim misterioso de Enoch (Gen. 5, 24; Ecl. 44, 16; 49, 16) ou de Elias (2 Re. 2, 3.5.9.10; Ecl. 48, 9).

A *Lumen Gentium*, lembrando a Assunção, lembra também o título de Rainha proclamado por Pio XII em 1954. Esta glória completa a conformação de Maria com o seu Filho⁴².

1. *Terminus a quo* «terminado o curso da vida terrestre»

A Igreja não se pronuncia sobre o fim de Maria SS. As discussões teológicas são aqui inteiramente livres. Entre os teólogos da comissão que preparou a Constituição manifestaram-se as

³⁹ = AAS 36, 452ss.

⁴⁰ = AAS 42, 767-770. = DS 3903.

⁴¹ Cf. PIO IX - *Bulla Ineffabilis Deus* = DS 2803; PIO XII - *Ad caeli Reginam* = DS 3913.

⁴² Cf. LAURENTIN, R. - *La Vierge au Concile*. Paris, 1965, p. 109 s.

duas correntes: a da morte (Pe. Balic OFM); a da imortalidade (Pe. Jugie AA).

Os autores pela morte baseiam-se em textos do Sacramentário Gregoriano, da Liturgia bizantina, de S. João Damasceno, S. Modesto de Jerusalém, Sto. António de Lisboa, S. Boaventura, S. Francisco de Sales e Sto. Afonso de Liguori. Observam que o Papa fala de isenção da corrupção do sepulcro, não de isenção da morte.

Os autores pela imortalidade referem que o silêncio do documento acerca da morte mostra que a ela se não refere. A Bula põe também em relevo o nexa entre a Imaculada Conceição e a Assunção, e nisso vê P. Rochini uma prova em favor da tese imortalista.

Morte ou imortalidade de Maria?

Doutrina comum: O testemunho do século IV, Sto. Epifânio, lembra:

«Na Sagrada Escritura não se encontra nem a morte nem a sepultura de Maria Santíssima. [...] Daí, eu não vou definir que Ela permaneceu imortal nem posso confirmar que esteja morta. [...] Portanto, ignoramos tanto a sua morte como a sua sepultura.»

Durante a Idade Média, a questão da morte não apresentava dificuldades. Uma vez que a doutrina da Imaculada Conceição não foi aceite pelos grandes escolásticos (excepto Scotto precedido por Guilherme de Ware), a questão da morte não levantava problema, pois, ao contrair o pecado original, incorre-se em pena de morte. Sendo também crença comum a morte como facto histórico, utilizava-se esse facto para argumentar contra os defensores do privilégio da Imaculada Conceição: a morte é pena do pecado original (Gen. 3, 19; Rom. 5, 6); Maria morreu (facto histórico apontado por S. Boaventura⁴³); logo, Maria contraiu o pecado original.

S. Tomás diz que Cristo não contraiu a morte e os outros defeitos corporais, mas os assumiu voluntariamente, enquanto que Maria contraiu uma e outros, ao ser concebida em pecado original.

⁴³ In 3 Sent. a.3, q.1; a.1, q.2.

No entanto, foi purificada no seio materno ⁴⁴. Mas a concupiscência habitual (*fomes peccati*) ou foi abandonada ou ficou ligada de tal sorte que não houve n'ela uma inclinação activa para o mal (*potentia peccandi* ou *pronitas ad malum*) ⁴⁵.

Maria foi, pois, isenta da inclinação de pecar; mas, pecaminosidade e mortalidade são termos correlativos de causa e efeito. Logo, Maria teria sido imortal?

Na corrupção do pecado há três estratos: a culpa, a pena e a concupiscência (que parte das duas). Maria foi liberta da culpa, mas não do que seria pura pena. Tal defendem, por exemplo Jean de la Rochelle e H. Nedellec.

Os partidários do Imaculismo, porém, negam o nexó entre necessidade da morte e pecado; desmentem apoditicamente as afirmações anteriores com a morte de Cristo, embora estabeleçam diferença entre a morte de Cristo e a de Maria: só Cristo é redentor; só Cristo assumiu voluntária e livremente a morte. Já Scotto mostrara que a morte de Maria não era manifestação de contágio hereditário, mas também não era assumida voluntariamente como a de Cristo. Era pena medicinal que Deus lhe impõe para lhe dar ocasião de ampliar com ela a sua capacidade de mérito. Portanto, o argumento assenta aí: a morte não depõe em favor da contracção do pecado original; pode ser resíduo penal do pecado original originante. Mas Deus não será injusto ao permitir esta pena? Não. A isenção da culpa original é privilégio que não tem forçosamente de extinguir a pena. Prova-o a morte dos inocentes.

A escola franciscana vê na morte de Maria uma pena do pecado original originante transmitida por geração natural, a escola tomista vê uma conexão entre pecado contraído e morte (excepção feita a Cristo, porque Redentor).

Argumentos imortalistas e respostas dos mortalistas ⁴⁶

1 -I- A notícia da morte é do século V ao XVIII veiculada a partir de uma tradição pseudo-apostólica: *Transitus Mariae*,

⁴⁴ S.Th. 3, q.27, a.3.

⁴⁵ *Ibidem* q.27, a.1.

⁴⁶ Representamos por I os imortalistas, por M os mortalistas.

testemunhos baseados nos Apócrifos, festa da Dormição. O primeiro a falar acidentalmente da morte são Sto. Agostinho e Orígenes que diz: *Virgo usque ad finem (e não ad mortem)*.

-M- Não falar da morte é natural, mas dizer que Sto. Agostinho e Orígenes são os primeiros a falar dela não é certo. Já o fazem Sto. Efrem e outros além dos Apócrifos.

2 -I- Tardia descoberta do túmulo em Jerusalém. (Havia duas tradições quanto ao túmulo: Éfeso e Josafat).

-M- Pelo contrário, as várias tradições quanto ao túmulo da Virgem presumem a crença na morte. O sepultamento não contradiz a assunção, porque nada se diz das relações do corpo glorificado com o corpo mortal. Se Maria morreu e ressuscitou, foi como todos os homens, não como Cristo, pois n'Ele o corpo morto estava hipostaticamente unido à pessoa divina. Não é, pois, necessário, teologicamente, a hipótese da ressurreição do cadáver de Maria.

Procedamos agora de maneira inversa: Escutemos os mortalistas e a resposta dos imortalistas:

1 -M- A universalidade da morte fundamenta-se em Rom. 5, 12ss; Ecle. 25, 33, e compreende Maria.

-I- A universalidade da morte provém do pecado original. Maria não tem delito de culpa. Aliás, Enoch e Elias foram assumidos. O texto de 1 Cor. 15, 51 diz nos manuscritos gregos: nem todos morreremos, mas todos seremos transformados ⁴⁷.

2 -M- Maria recebeu em Adão uma natureza mortal.

- I - Maria não contraiu o pecado de Adão, portanto não contraiu a mortalidade.

3 -M- Maria foi preservada do pecado original por graça de Cristo, que não é graça de Justiça original. É graça de libertação do pecado, não da consequência deste: sofrimento e morte. Maria sofreu.

- I - Preservada do pecado confirma o dogma da imortalidade primitiva. A redenção de Jesus foi-lhe aplicada em plenitude;

⁴⁷ A versão da TOB aceita estes manuscritos. Nos manuscritos latinos e na Vulgata diz-se: «Todos ressuscitaremos, mas nem todos seremos transformados».

por isso ela é cheia de graça. O sofrimento e a morte de Maria dá-se misticamente junto à cruz.

4 -M- *Caro Christi caro est Mariae*. Ora, o corpo de Cristo é sofredor e mortal.

- I - Jesus assumiu corpo mortal para nossa redenção. Renunciou à imortalidade que possuía *de jure*. Tal não aconteceu com Maria.

5 -M- A morte é necessidade da natureza. Em Maria não havia razão de pena, mas participou na obra corredentora.

- I - A morte de Maria não é necessidade da natureza. Não houve razão de pena para o próprio pecado. A sua morte não faz parte da *opus redemptionis* na qual participou aos pés da cruz.

Crítica

1. Ambas as posições apresentam razões insuficientes.
2. Tenta-se ver a Assunção como problema histórico e não dogmático, no entanto reduz-se a histórico precisamente o dogmático: a correlação pecado-morte; não pecado-imortalidade.
3. Pergunta-se se a isenção do pecado em Maria é fruto da relação com o pecado original originante, com um privilégio pessoal ou com uma posição eclesial.

Podemos concluir:

1. A Graça em Maria é fruto da liberdade divina.
2. O estado de Maria não é retorno ao estado original, pois a economia da salvação não se processa à luz de um paraíso perdido, mas sim da esperança do Reino, a acolher a novidade dos movimentos soberanamente livres de Deus que testemunham a profundidade do mistério escondido que renova o mundo em novos céus e nova terra.
3. Maria é tipo da Igreja, possuindo, pessoalmente, os privilégios que a Igreja possui corporalmente. Ora, a Igreja é imortal, porque Cristo venceu nela o pecado e a morte. Mas a Igreja não está dispensada do sofrimento como processo consciente e livre de saborear o dom da vida eterna, como processo de amadureci-

mento da fé para a glória. A Virgem viveu da fé; ainda que Imaculada e Virgem (não dividida), a unidade da sua fé sofreu, pelo menos, a obscuridade que lhe é inerente frente ao mistério, e guardou no seu coração os dados da economia salvífica que o dinamismo da acção do Espírito Santo n'Ela se lhe iam dando a conhecer.

Concluimos com R. Laurentin:

«A virgindade como a assunção corporal da Virgem não são acontecimentos históricos cuja relato nos tenha sido transmitido pela Escritura ou a tradição oral; são mistérios dos quais a intuição da fé descobre a implicação no seio da Revelação. Escapa-nos o modo da assunção como nos escapa a geração virginal: é erro de método sair da essência do mistério revelado para se meter em precisões descritivas que Deus não quis dar-nos»⁴⁸.

2. *Terminus ad quem* : «Foi assumpta à glória em corpo e alma»

Presente no Calvário, depois no Pentecostes, Maria como que estabelece o laço entre Cristo e a Igreja — laço já presente no sim da Anunciação.

Quando Jesus ressuscita, o papel de Maria toma novo significado: preparar e acompanhar maternalmente a fundação da Igreja. Ela é, de maneira escondida mas perfeita, a Igreja, enquanto esta se define pela comunhão com Cristo e pela santidade. A oração de Maria, que preparou o nascimento da Igreja, permanece o cume da prece eclesial. Na expressão de C. Journet:

«Ela aguentou a Igreja nascente pelo poder da sua contemplação e do seu amor. Foi-lhe mais útil do que os Apóstolos que agiam de fora. Foi, para ela, a raiz escondida onde se elabora a seiva que brilha nas flores e nos frutos»⁴⁹.

Depois do Pentecostes, a missão de Maria «eterniza-se» na Igreja na sua ligação com a vida, morte e glorificação do seu Filho. Em Maria, a Igreja já ingressou no eão definitivo e eterno da história da salvação.

⁴⁸ LAURENTIN, R. - *Court Traité de Théologie Mariale*. Paris, 1953, p. 86s.

⁴⁹ JOURNET, C. - *L'Eglise du Verbe Incarné*. Paris, 1941, p. 120.

Privilégio pessoal de Maria e ícone da Igreja escatológica

O privilégio é a glorificação, que implica: unidade substancial anímico-corpórea em estado de beatitude (visão intuitiva de Deus com amor e alegria); transformação do corpo com dotes de imortalidade, impassibilidade, agilidade, fulgor e felicidade; união com o Filho de Deus; entronização como rainha do céu.

A glorificação de um corpo tomado em Deus não é obra da própria pessoa, é de Deus (nisso a Assunção difere da Ascensão). No caso de Maria há também o mérito próprio da sua íntima associação à obra redentora, o que supõe sempre: os méritos do Salvador como fonte; a honra do Salvador como fim; a história da salvação como processo dinâmico.

Preparada pelo Espírito para a Encarnação do Verbo, a sua natureza é exaltada na própria glorificação do seu Filho e, ao sê-lo, Ela associa a Igreja ao seu destino na glória. Escreve K. Rahner:

«porque a Palavra eterna do Pai se tornou carne em Maria, Deus adoptou imediatamente o mundo na carne desse Filho da Virgem; o Filho eterno de Deus, na carne de pecado (Rom 8, 3) constituiu-se já solidário do destino do mundo de tal sorte que o acontecimento da Encarnação é já um acontecimento escatológico»⁵⁰.

Esse acontecimento dá-se na carne e na fé de Maria: na carne, porque o Filho assume a nossa natureza e a nossa raça; na fé, porque foi a sua fé que deu espaço ao Verbo na sua carne. Na sua carne e na sua fé, o mundo recebeu a salvação, e Deus disse a Palavra última, definitiva, escatológica, do diálogo aberto entre Deus e a humanidade.

Na glória de Maria, figura da Igreja gloriosa, toca-se o mistério da relação tempo-eternidade. Como refere a *Lumen Gentium* 68, em Maria, Ícone da Igreja ressuscitada, começou já o estado final da Igreja terrestre.

MARIA MANUELA DE CARVALHO

Tornar-se pessoa livre é tarefa permanente

Pessoa e liberdade são realidades conexas porque a pessoa é livre por natureza.

Todavia, foi, é e será sempre difícil ser pessoa realizada e ser pertinentemente livre. Há questões intrínsecas e outras sociais. A radical apetência a ser por si, alimenta, motiva todas as lutas da história pessoal e está na origem dos conflitos sociais em que nos envolvemos ou somos envolvidos.

Aliás os conflitos intrapessoais e sociais resultam da vontade de ser livre e ser feliz, que deparam com resistências e fracassos.

Tentaremos, muito rapidamente e sem pretender ser original, abordar alguns dos aspectos inerentes à situação de ser pessoa situada no tempo e num espaço aculturado, em busca de autonomia e de liberdade, seguindo este esquema: I. Noção de Pessoa; II. Pessoa e Liberdade; III. Voluntário e involuntário; IV. Liberdade e máscaras; V. Liberdade e liberdades pessoais; Conclusão.

I. NOÇÃO DE PESSOA

A. Introdução: A palavra pessoa

Em termos metodológicos poderíamos partir duma definição de pessoa já consagrada ou usar um processo preferentemente indutivo. Como gostaríamos de tratar da pessoa em si, mas tam-

⁵⁰ RAHNER, K. - *Sur le sens du dogme de l'Assomption*. Paris, 1966, p. 173s.